



**GEDES**  
Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## **OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

### **INFORME BRASIL Nº34/2023**

Período: 16/09/2023 - 22/09/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Tribunal de Contas da União cobra devolução de presentes recebidos por Jair Bolsonaro
- 2- Ex-subordinado de Braga Netto recebeu valores de empresa investigada por corrupção
- 3- Pesquisas revelam opinião sobre a participação de militares na política e diminuição da confiança da população brasileira nas Forças Armadas
- 4- Depoimento do general Braga Netto à CPI dos atos de 8 de janeiro foi adiado
- 5- Segundo colonista, militares da ativa tiveram papel central na desestabilização das Forças Armadas.
- 6- Força Aérea Brasileira investiga causas de acidente aéreo e realiza traslado de corpos de vítimas para Manaus
- 7 - Delação premiada reduziu o tempo da prisão preventiva de Mauro Cid
- 8 - A vida, carreira e opiniões da única ministra do Superior Tribunal Militar
- 9- Financiamento da indústria bélica pode ganhar novo fundo do BNDES
- 10- Ministro do STF autorizou que militar não compareça à sessão da CPMI dos atos de 8 de janeiro
- 11- Mauro Cid delatou reunião de Bolsonaro com a cúpula militar sobre golpe após as eleições
- 12- Geraldo Alckmin, na condição de presidente em exercício, sancionou lei que atualiza o Código Penal Militar em pontos polêmicos

#### 1- Tribunal de Contas da União cobra devolução de presentes recebidos por Jair Bolsonaro

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) nas condenações do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2016, no âmbito da operação Lava-Jato, passou a servir de base para a conduta sobre presentes recebidos por chefes do Executivo. Na época, foi determinado a Lula que devolvesse os itens recebidos durante seu primeiro mandato, avaliados na totalidade de 2,25 milhões de reais. A Corte, então, compreendeu que objetos de grande valor devem ser restituídos ao Estado. A partir desta justificativa, o TCU vem cobrando de Jair Bolsonaro a devolução dos presentes valiosos que recebeu enquanto presidente. De acordo com a matéria, "Bolsonaro, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid, são investigados na Operação Lucas 12:2, que apura a venda de joias desviadas da

Presidência". Outra publicação do *Estadão* mencionou a reportagem realizada pela revista *Veja* na qual se menciona que o tenente-coronel Mauro Cid teria dito à Polícia Federal que entregou parte do dinheiro referente à venda das joias diretamente às mãos do ex-presidente, totalizando 68 mil dólares. Mauro Cid teria dito ainda que "a ideia de vender as joias surgiu como uma forma de 'banciar as despesas' processuais de Bolsonaro". (O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 16/09/23)

## 2- Ex-subordinado de Braga Netto recebeu valores de empresa investigada por corrupção

Em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o coronel Robson Queiroz foi apontado como receptor de 25 mil reais de empresa investigada por corrupção no Gabinete de Intervenção Federal (GIF) no Rio de Janeiro. Queiroz atuou na intervenção do Rio de Janeiro à época que o GIF era comandado pelo general Walter Braga Netto, em 2018. Braga Netto ocupou os cargos de ministro-chefe da Casa Civil (2020-2021) e ministro da Defesa (2021-2022) durante o governo de Jair Bolsonaro, além de ter sido vice na chapa que concorreu às eleições em 2022. O depósito feito pela CTU Security data de setembro de 2019. Queiroz foi um dos alvos de busca e apreensão pela Operação Perfídia, que investiga os crimes de "patrocínio de contratação indevida, dispensa ilegal de licitação, corrupção ativa e passiva e organização criminosa supostamente praticadas por servidores públicos federais". Em nota, a defesa de Braga Netto afirmou que os contratos do Gabinete eram absolutamente legais. Queiroz fora nomeado por Braga Netto em 2016 para o Comando Militar do Leste, onde permaneceu até 2019. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/09/23)

## 3- Pesquisas revelam opinião sobre a participação de militares na política e diminuição da confiança da população brasileira nas Forças Armadas

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, uma pesquisa feita pelo Datafolha nos dias 12 e 13/09/2023 com 2.016 pessoas de mais de 139 cidades revela dados sobre a opinião pública dos brasileiros em face de diversos temas que ganharam notoriedade ao longo de 2023. Segundo as informações apuradas, 61% dos cidadãos que foram escutados pela pesquisa acredita que oficiais militares das Forças Armadas estiveram envolvidos em irregularidades durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), enquanto 25% dos entrevistados não acreditam na hipótese e 14% dizem desconhecer o tema. Já na perspectiva dos dois grupos ideológicos que participaram da polarização política que se deu nas eleições presidenciais de 2022, 84% do eleitorado petista disse acreditar no envolvimento de militares em casos de irregularidades, enquanto 52% daqueles que se consideram bolsonaristas descartam tal hipótese. De acordo com o repórter da *Folha de S. Paulo*, Igor Gielow, a inércia dos militares diante dos atos de depredação que se deram na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, e a repercussão do caso de venda das joias sauditas e outros presentes oficiais que eram destinados ao Estado brasileiro – episódio protagonizado pelo ex-ajudante de ordens do então presidente Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid – podem ter afetado a imagem das Forças Armadas. Outra pergunta feita pelo Datafolha aos entrevistados foi sobre a opinião destes diante da participação de militares no poder Executivo. A pesquisa revelou que tal questão divide a opinião dos brasileiros: na opinião de 48% da população, os militares não deveriam ocupar tais cargos, já 47% pensa o contrário.

Colocando em perspectiva o grupo ideológico dos entrevistados, percebe-se que 62% daqueles que se consideram petistas são contrários à presença de militares em cargos no poder Executivo, enquanto 67% dos bolsonaristas apoia a presença de militares em tais posições. Os dados divergem das apurações feitas durante os anos de 2020 e 2021, quando, tendo sido feita a mesma pergunta, contudo, acrescentando em seu início a frase “O governo Bolsonaro tem vários militares em ministérios e cargos diversos”, os resultados apresentaram uma rejeição de 58% no ano de 2021 por parte da população. Por fim, os entrevistados também foram perguntados sobre a sua opinião acerca da participação do ex-presidente Jair Bolsonaro no caso da venda das joias sauditas. Segundo as informações colhidas pelo Datafolha, 68% dos brasileiros consideram que Bolsonaro tinha conhecimento sobre a venda ilegal das joias que haviam sido apresentadas ao Estado brasileiro, enquanto 17% afirma que o ex-presidente não sabia sobre o assunto, 15% não soube opinar. Já quando questionados se Bolsonaro teria cometido algum crime ao vender as joias, 52% afirma acreditar que sim, enquanto 38% pensa que não. Considerando o grupo ideológico do entrevistado, 87% daqueles que se declararam petistas afirmaram acreditar que Bolsonaro sabia sobre a venda ilegal das joias sauditas, já 44% dos bolsonaristas acredita que o então presidente desconhecia sobre o tema. Segundo Gielow, a pesquisa também mostra que o caso de venda das joias sauditas ganhou repercussão nacional pelo fato de ser de fácil compreensão popular, algo que pode ser demonstrado pelo fato de 77% dos entrevistados ter afirmado conhecimento sobre o episódio. Em relação à confiabilidade dos brasileiros nas Forças Armadas, apesar do índice ser o maior entre dez instituições listadas, os 34% agora pontuados indicam o menor índice desde o início das pesquisas, em 2017. A queda de 11 pontos desde 2019 é atribuída especialmente ao desempenho do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, e do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, envolvido no escândalo de venda das joias sauditas. Álvaro Costa e Silva, em coluna opinativa do jornal *Folha de S. Paulo*, também apontou o resultado da pesquisa “A Cara da Democracia”, que destaca a queda de 20% no número de pessoas que dizem “confiar muito” nos militares, em comparação com o levantamento da mesma época do ano anterior. Na avaliação de Costa e Silva, os escândalos envolvendo militares e as Forças Armadas em geral contribuíram para essa queda, além da tentativa de golpe para derrubar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do cargo para o qual foi eleito. (*Folha de S. Paulo – Política – 16/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 17/09/23; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/09/23*)

#### 4- Depoimento do general Braga Netto à CPI dos atos de 8 de janeiro foi adiado

Em coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, a repórter Danielle Brant expôs a possibilidade de defasagem da ala governista no dia do depoimento do general Walter Braga Netto à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do 8 de janeiro de 2023, marcada para 19/09/2023. A razão seria o discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O esperado é que boa parte dos governistas acompanhe o presidente aos Estados Unidos, reduzindo então a oposição esperada a Braga Netto durante seu depoimento. A convocação do ex-ministro deu-se em vista de esclarecer o papel desempenhado pelos militares no ataque à sede dos Três Poderes. No dia da publicação da coluna da *Folha*, o depoimento de Braga Netto foi adiado para 05/10/2023. (*Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 16/09/23*)

#### 5- Segundo colonista, militares da ativa tiveram papel central na desestabilização das Forças Armadas

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian destacou que os militares da ativa são os principais responsáveis pelo clima de instabilidade que se criou dentro das Forças Armadas nos últimos anos. Estes, segundo o jornalista, usam militares da reserva como intermediários para propagar as suas preferências ideológicas e opiniões políticas; dessa maneira, burlam os entraves legais e propagam a perspectiva da caserna no debate público. Boghossian também destacou que os oficiais militares da reserva foram os principais responsáveis por alimentar os desejos autoritários de Jair Bolsonaro durante a vigência de seu governo, destacando que figuras como o general Augusto Heleno e o general Walter Braga Netto teriam usado suas patentes para causar uma intimidação institucional. Por fim, o jornalista salientou que diversos militares da reserva participaram de maneira ativa em atos que conspiravam contra o Estado Democrático de Direito após a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. Tendo em vista a íntima relação entre militares da ativa e reserva, o jornalista alertou que o governo precisa tomar medidas mais enérgicas para sanar o quadro de agitação que se encontra dentro das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Opinião - 17/09/23)

#### 6- Força Aérea Brasileira investiga causas de acidente aéreo e realiza traslado de corpos de vítimas para Manaus

Reportagem da *Folha de S. Paulo* noticiou que a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou operação para transportar os corpos das vítimas do acidente aéreo que ocorreu em Barcelos, no estado do Amazonas, para Manaus. Além disso, segundo o *Correio Braziliense*, os corpos seguiram para o Instituto Médico Legal (IML), para a identificação das vítimas pelos familiares. Os periódicos informaram que, segundo a lista fornecida pela empresa responsável pelo avião, o acidente provocou 14 vítimas, dentre as quais o médico Roland Montenegro Costa, seis ex-funcionários mineiros da empresa Algar, cinco empresários de Goiás, o piloto e o copiloto. De acordo com o *Correio*, por determinação do governador goiano e após autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), uma equipe do Serviço Aéreo do Estado de Goiás (Saeg) foi para Manaus para realizar o traslado das vítimas goianas. A reportagem também destacou que a causa da tragédia será investigada pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), da FAB. (Correio Braziliense - Brasil - 18/09/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/09/23)

#### 7- Delação premiada reduziu o tempo da prisão preventiva de Mauro Cid

Em artigo de opinião no periódico *Folha de S. Paulo*, o filósofo e jornalista Hélio Schwartzman questionou se é considerado tortura manter acusados em prisão preventiva e soltá-los após concordarem em realizar uma delação premiada, como aconteceu no caso do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Schwartzman comentou sobre seu “mundo ideal”, em que prisões só aconteceriam em situações excepcionais e os internos seriam bem tratados e destacou a diferença entre a média de tempo de duração de prisões preventivas e a prisão de Mauro Cid com delação premiada, 368 dias e quatro meses, respectivamente. (Folha de S. Paulo - Opinião - 19/09/23)

#### 8- A vida, carreira e opiniões da única ministra do Superior Tribunal Militar

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* abordou a trajetória da ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM) brasileiro. Destaca-se seu compromisso em promover a inclusão de mulheres nas Forças Armadas e sua futura presidência do Tribunal, em 2025. Em 2007, no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), Elizabeth foi nomeada como a primeira mulher a integrar o STM, e tem sido uma voz progressista em uma instituição predominantemente composta por homens. A matéria destacou a crítica de Rocha ao falar sobre a possibilidade de Lula substituir uma das duas mulheres no STF por um homem: “Nós perdemos uma mulher no TCU, com a aposentadoria da Ana Arraes. Nós perdemos uma mulher no TSE, quando a Maria Claudia Bucchianeri, que deveria ser a ministra indicada como titular, não foi. E agora nós estamos correndo o risco de perder uma mulher no Supremo. (...) em vez de haver avanços, está havendo retrocesso. (...) Porque é um presidente que afinal de contas se diz de vanguarda, um homem de esquerda”. A reportagem sobre Elizabeth Rocha, sendo a única mulher entre os 15 integrantes do STM, também enfatizou as complexidades e desafios que ela enfrentou ao longo de sua carreira, suas opiniões sobre a ditadura militar (1964-1985) e o papel do Tribunal naquela época, bem como sua defesa da Justiça Militar em tempos democráticos. (Folha de S. Paulo - Política - 19/09/23)

#### 9- Financiamento da indústria bélica pode ganhar novo fundo do BNDES

Reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo* abordou a proposta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de criar um novo fundo para financiar a indústria bélica nacional, com foco na área de Defesa. O fundo seria gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo como objetivo o subsídio das exportações do setor de Defesa, utilizando contratos de venda de armas como garantia para empréstimos às empresas do setor. A ação permitiria que empresas estatais, como a Emgepron — Empresa Gerencial de Projetos Navais — e a Imbel — Indústria de Material Bélico do Brasil —, obtivessem recursos fora do orçamento federal, evitando limitações fiscais. A reportagem também destacou a busca do setor de Defesa por uma maior parcela do orçamento e a necessidade de produção de equipamentos e munição para as Forças Armadas. Além disso, ressaltou a falta de produtos no mercado mundial devido a conflitos, como o da Ucrânia, e a possibilidade de o novo fundo impulsionar as exportações brasileiras nesse segmento. (O Estado de S. Paulo - Política - 19/09/23)

#### 10- Ministro do STF autorizou que militar não compareça à sessão da CPMI dos atos de 8 de janeiro

Em reportagem, o *Correio Braziliense* relatou que a menos de um mês do encerramento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, a sessão do dia 19/09/2023 poderia ser cancelada, pois o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, autorizou que o segundo-tenente Osmar Crivelatti, subordinado ao tenente-coronel Mauro Cid na Ajudância de Ordens da Presidência da República de Jair Bolsonaro (PL) e investigado por envolvimento na venda de joias da Presidência, não compareça à CPMI. A decisão gerou críticas da relatora, senadora Eliziane Gama, que a considerou uma interferência indevida. O

ministro argumentou que o investigado tem o direito de não se auto incriminar e que medidas de busca e apreensão já foram realizadas. A decisão anterior, de outro ministro do STF, também desobrigou outra testemunha de prestar depoimento, gerando controvérsias na CPMI. (Correio Braziliense - Política - 19/09/23)

#### 11- Mauro Cid delatou reunião de Bolsonaro com a cúpula militar sobre golpe após as eleições

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), revelou na delação premiada que o então presidente se reuniu com as Forças Armadas para discutir a minuta de um golpe para impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa denúncia provocou manifestações de parlamentares da base governista e trouxe incômodo para as três forças. O ex-presidente Bolsonaro disse em nota que discutiu o assunto com oficiais e sustentou que não adotaria medidas nesse sentido. Nesse depoimento à Polícia Federal (PF), Cid contou ainda que o único, entre os três comandantes militares, que aderiu ao plano teria sido o almirante Almir Garnier, o então comandante da Marinha. Segundo a coluna opinativa de Luiz Carlos Azedo ao *Correio*, a minuta também visava afastar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Cid teria salientado que o Almir Garnier se dispôs a apoiar um golpe de Estado caso as ordens viessem de Bolsonaro. Segundo o colunista, essas novas revelações — especialmente sobre a participação da cúpula militar na reunião sobre um possível golpe — podem fazer a “CPMI [pegar] fogo na reta final dos seus trabalhos”, com vários requerimentos que visam convocar o ex-presidente Jair Bolsonaro e o ex-comandante da Marinha Garnier Santos, protocolados pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG). De acordo com *O Estado de S. Paulo*, os chefes das outras Forças — general Marco Antônio Freire Gomes, comandante do Exército, e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, comandante da Aeronáutica — “não se empolgaram” com a minuta de golpe, e o comandante do Exército repudiou com veemência o movimento, enquanto o brigadeiro não acolheu a ideia. Ainda segundo a reportagem, Bolsonaro, o então presidente, teria recebido de seu assessor, Filipe Martins, uma minuta de decreto para prender “adversários e convocar novas eleições”, e com isso, Bolsonaro teria levado o documento para a alta cúpula das Forças Armadas, obtendo apoio do almirante Almir Garnier Santos. Uma das suspeitas dos investigadores da PF é que essas articulações possam ter resultado nos atos golpistas do 8 de janeiro. O colunista da *Folha de S. Paulo*, Bruno Boghossian, comentou que “pedidos de intervenção militar transitavam por canais que ligavam os quartéis à antessala do presidente” e que o relato de Mauro Cid tem ajudado a identificar “o alcance da trama golpista e a participação específica de cada personagem”. Sendo assim, o jornalista apontou que “o ex-auxiliar de Bolsonaro oferece evidências de uma alta conspiração liderada pelo presidente e sustentada por figuras de ponta da caserna para corromper o processo democrático e cometer um crime” e que a validade da delação de Cid se dá pelo fato dele estar presente nessas reuniões. A jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna opinativa do *Estadão*, apontou que o atual comandante do Exército, Tomás Paiva, tem comentado sobre a delação de Cid e esperado a conclusão das investigações da PF e do STF sobre a tentativa de golpe para “virar a página”, com “uma depuração, a punição dos responsáveis e a distinção entre erros individuais e a instituição”. A colunista ainda apontou os comentários específicos do comandante quanto à participação do almirante Garnier: “A Marinha embarcou? Não. E que tropas

ele (Garnier) tinha para essa aventura maluca?” E ainda criticou: “Isso tudo é tão extemporâneo que nem dá para a gente compreender. Em que lugar do mundo ainda se fala e se dá golpe militar? Coisa mais fora de época”. Eliane destacou que o general admite ter preocupação em “afastar a percepção e o temor de parte da sociedade de que as Forças Armadas estariam envolvidas em tentativas de golpe” e “fazer o que temos de fazer”, ao passo que a colunista indaga: “O quê? Demitir os culpados?” e em seguida aponta para a resposta do general: “Cumprir nossa função constitucional”. (Correio Braziliense - Política - 22/09/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/09/23; O Estado de S. Paulo - Política - 22/09/23)

#### 12- Geraldo Alckmin, na condição de presidente em exercício, sancionou lei que atualiza o Código Penal Militar em pontos polêmicos

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, Geraldo Alckmin (PSB), enquanto presidente em exercício em razão de viagem internacional de Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou em 21/09/2023 a lei que atualiza o Código Penal Militar, que mantinha sua redação desde 1969, época da ditadura militar, sem atualização. O vice-presidente vetou alguns trechos polêmicos do texto, como o que previa a retirada de punição “para militares que criticassem abertamente e publicamente ações do governo”. Um outro ponto polêmico vetado tratava como crime militar as violências sexuais ou doméstica contra mulheres em locais de administração militar. Para o governo, esses crimes precisam de um tratamento específico, com juízos civis especializados. Além disso, essa nova legislação também endurece a pena para militares envolvidos com tráfico de drogas, podendo chegar a 15 anos de prisão. Ainda segundo o periódico, o artigo que previa que os militares responderiam perante a Justiça Militar nos casos de violência sexual ou doméstica, não estando sujeitos à Justiça comum ou especializada, foi vetado por Alckmin, principalmente após a intervenção do Ministério das Mulheres, que destacou que “esses casos de violência precisam ser tratados de maneira especial, potencializando o caráter preventivo e protetivo no atendimento às vítimas”. Além do Ministério das Mulheres, alguns integrantes da cúpula do Ministério Público Militar (MPM) afirmaram à *Folha* que “casos de violência sexual contra mulheres em organizações militares costumam ser abafados, evitando-se abrir inquéritos policiais militares para investigar os casos”. E dessa forma, os militares descobertos em crimes desse tipo são trocados de cargos, para continuar a carreira em outra cidade, isso dito com base em documentos e na história desses casos. Um outro ponto vetado se refere à exclusão da “possibilidade de punição para militares que criticassem seus superiores hierárquicos, incluindo os governos”. O presidente em exercício, Alckmin, argumentou para justificar o veto, que esse artigo aprovado pelo Congresso atenta “contra os princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina” e também contra as “próprias instituições militares”, considerando que “as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, sob a autoridade suprema do presidente da República, de forma que criticar resoluções de governo afronta os princípios mencionados”. (Folha de S. Paulo - Política - 22/09/23)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar